



EDUCAÇÃO PÚBLICA

Meta do MEC é ampliar o ensino em tempo integral

Ao *Podcast do **Correio***, ministro Leonardo Barchini assegura que há avanços para que jovens fiquem o mais possível no ambiente escolar — Pernambuco, Ceará e Piauí são bons exemplos. Objetivo é alcançar a universalização desse tipo de colégio

» CAETANO YAMAMOTO*

A expansão do ensino em tempo integral é pauta fundamental da agenda do Ministério da Educação. Foi o que garantiu o ministro Leonardo Barchini aos jornalistas Mariana Niederauer e João Pedro Lara Rezende, em entrevista para o *Podcast do **Correio*** de anteontem. Ao fazer um diagnóstico do ensino no país, já há avanços no sentido de manter jovens e crianças o mais possível no ambiente escolar. “Chamamos de tempo integral o que, em outros países, é considerado a escola padrão. Avançamos muito nos últimos quatro anos, saindo de 15% para cerca de 26% das matrículas em tempo integral. E queremos alcançar a universalização”, garantiu.

Ele assegura que o MEC busca expandir as matrículas em tempo integral e que já há exemplos de estados onde essa ampliação se confirma — como Pernambuco, Ceará (com mais de 60%) e Piauí (com mais de 80%). “Os estudantes inseridos nesse modelo relatam alta satisfação e apresentam maior taxa de acesso ao ensino superior, pois a formação técnica possibilita a emancipação jovem, a inserção no mercado de trabalho e o desenvolvimento da consciência crítica”, frisa.

Mas, para que se chegasse a isso, foi preciso criar uma infraestrutura que, historicamente, não existia. Segundo o ministro, de 1990 até agora houve uma evolução da educação, sobretudo porque há quase três décadas praticamente não havia ensino médio no interior do país e nas periferias — eram quase uma exclusividade das grandes cidades.

“O marco mais importante, a meu ver, da educação brasileira foi a criação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), que mudou radicalmente a educação pública”, afirmou.

Financiamento

O ministro ressaltou que, pela primeira vez na história do país, garantiu-se financiamento, inclusive, para o ensino médio e a educação infantil. Barchini assegura que os últimos 20 anos foi o período de

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Os estudantes inseridos nesse modelo (de escola em tempo integral) relatam alta satisfação e apresentam maior taxa de acesso ao ensino superior, pois a formação técnica possibilita a emancipação jovem, a inserção no mercado de trabalho e o desenvolvimento da consciência crítica"

Leonardo Barchini,
ministro da Educação

maior avanço na educação brasileira, impulsionado muito pela Emenda Constitucional 53/06 — que além de criar o Fundeb, estabeleceu repasses financeiros federais complementares, de forma gradual, para a aplicação no ensino nas unidades da Federação e dos municípios.

“Antigamente, não tínhamos escolas suficientes. No Piauí, por exemplo, de mais de 200 municípios, tínhamos apenas 40 com escolas de ensino médio. E, hoje, o Piauí lidera o ensino em tempo integral, que fez talvez a maior revolução educacional da história do país, ao lado do Ceará. É motivo de orgulho para todos, com resultados excepcionais, mesmo diante de todas as dificuldades”, disse.

Isso, porém, não quer dizer que o MEC não tenha enfrentado dificuldades orçamentárias. Barchini lembra o período entre 2016 e 2022. Em 2016, instituiu-se o teto de gastos, e em 2017 e 2018 ocorreram cortes profundos nos programas do ministério, interrompendo

um crescimento nos investimentos que vinha desde 2006.

“Apenas na educação, entre 2016 e 2022, o ministério perdeu mais de R\$ 10 bilhões. Com esse recurso, seriam construídas cerca de 5 mil escolas técnicas, universalizando os institutos federais no ensino médio brasileiro”, explicou, acrescentando que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) elaborado em 2022 para 2023 — no governo de Jair Bolsonaro —, constatou-se a previsão de um corte de 97% nos investimentos do MEC. O ministro lembrou que previa-se a paralisação da construção de creches — apenas quatro creches estavam previstas para todo o país — e o financiamento de apenas um ônibus escolar.

“A consumação desse cenário resultaria no abandono das famílias e no agravamento do sucateamento da educação, abrindo espaço para a instituição do homeschooling e a privatização do ensino. Só que o Brasil não dispõe de rede privada suficiente para abrigar

40 milhões de estudantes”, advertiu.

Segundo o ministro, após a criação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, focado no apoio técnico a prefeituras e estados para alfabetizar as crianças na idade correta, atingiu-se 66% de alfabetização, superando a meta intermediária. “A meta final é alcançar 80%, mas trabalhamos com o objetivo de atingir 100%”, afirmou.

Gestão federal

Barchini chamou a atenção para o ensino superior e técnico. Ele observou que o fato de ficarem nas mãos do governo federal, enquanto que o básico fica a cargo de estados e municípios, é benéfico porque, diante de eventuais problemas no MEC, a educação brasileira não paralisa totalmente — ainda que o ritmo do avanço fique mais lento.

“A autonomia administrativa dos entes subnacionais é fundamental no modelo federativo, pois a realidade local se impõe: o ensino no

interior do Ceará exige contextualização diferente do ensino no Plano Piloto, no Distrito Federal. A contextualização é indispensável para que o aprendizado faça sentido para os estudantes, conforme demonstrado por Paulo Freire na educação de jovens e adultos”, ressaltou.

O ministro alerta para a difusão do discurso de que a formação acadêmica e o diploma de nível superior não têm valor. Conforme avalia, trata-se de uma estratégia de precarização da educação pública. Ele também chama a atenção para a proliferação de apostas virtuais (bets) e jogos de azar, que causaram prejuízos financeiros expressivos a jovens e estudantes — afetaram até mesmo o adimplimento de compromissos estudantis no ensino superior privado.

“É indispensável conscientizar os jovens sobre a importância do estudo formal e da formação crítica”, completou.

Sobre as escolas cívico-militares, Barchini considera que refletem a preocupação das famílias

com a violência urbana. Porém, chama a atenção para o fato de que o modelo não trouxe ganho efetivo na proficiência de aprendizagem dos alunos. Além disso, tem custo financeiro elevado devido à remuneração de pessoal militar inativo.

“A alternativa mais eficiente consiste na expansão do modelo de escola técnica e de tempo integral nos moldes dos institutos federais”, aponta.

No que diz respeito à inteligência artificial, o ministro faz uma ressalva: os países que adotaram a IA nas salas de aula, sem critérios pedagógicos, apresentaram resultados insatisfatórios. “A diretriz do Ministério da Educação prioriza a formação continuada dos professores para que dominem as ferramentas tecnológicas e orientem os estudantes sobre o uso crítico e moderado. Evita-se o uso precoce de telas até os 10 ou 11 anos de idade”, garante.

***Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi**

PRESERVAÇÃO

Pesquisa: Congresso eleito é hostil à pauta ambiental

» MARIA BEATRIZ GIUSTI

O novo Congresso pode ser o que mais trabalha contra a agenda socioambiental. É o que diz a nova análise feita pelo GT Congresso, do Observatório do Clima, que mostrou que quase sete em cada 10 parlamentares (68,9%) não estão alinhados com matérias de proteção ao meio ambiente. São 409 parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado, de um total de 594 cadeiras parlamentares.

O Observatório usou o índice de convergência ambiental para medir a atuação dos congressistas eleitos em pautas sobre o meio ambiente. São elas: muito baixa (0% a 25%), baixa (26% a

50%), boa (51% a 69%) e muito boa (70% a 100%). Ou seja, quanto menor a convergência, menor o alinhamento com a agenda ambiental. O estudo usou a plataforma Farol Verde, do Instituto Democracia e Sustentabilidade, além de dados da Câmara, do Senado, das assembleias legislativas e dos governos.

De acordo com o levantamento, 79% dos senadores da próxima Legislatura (2027-2031) têm uma convergência ambiental baixa ou muito baixa — ou seja, 64 senadores dos 81 da Casa. Apenas 17 senadores (21%) estão nas faixas de convergência boa ou muito boa, sendo 12 (14,8%) na faixa boa e apenas cinco (6,1%) na faixa muito boa.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Novos congressistas não têm compromisso com a preservação ambiental

“Esse cenário é reforçado pelo forte crescimento de partidos de extrema-direita, como o Partido Liberal (PL), com histórico de convergência ambiental

muito baixa, que passa de 15 para 28 cadeiras, de 18,5% para 34,6% do Senado”, aponta o relatório. Na atual legislatura (2023-2027), o cenário mais favorável à pauta

preservacionista, com 58 parlamentares (71,6%) na faixa de baixa ou muito baixa.

Na Câmara, 67,35% dos deputados eleitos estão nas faixas de convergência baixa ou muito baixa. São 345 dos 513 parlamentares. O número é um pouco menor que o da legislatura atual, com 63%. Enquanto isso, para os próximos quatro anos, apenas 40 (7,8%) parlamentares foram classificados na faixa boa, enquanto 128 (25%) estão na faixa muito boa.

Retrocesso

Para a coordenadora de Políticas Públicas do Observatório do Clima, Suely Araújo, o novo cenário pode colocar em risco programas de proteção e órgãos ambientais. “Este quadro evidencia quatro anos de muito esforço para aqueles que atuam em clima e meio ambiente, e muita preocupação tanto com graves retrocessos quanto com as terríveis

consequências disso tudo para a crise climática”, alerta.

Para o pesquisador de políticas públicas do Instituto Democracia e Meio Ambiente (IDS), Vinicius Moraes da Cunha, a agenda ambiental não deve ser tratada sob uma perspectiva partidária. “Acho que é uma mensagem importante que se coloque: a agenda ambiental não é, a princípio, de um grupo político. Não é de esquerda ou de direita. As mudanças climáticas afetam a todos”, observa.

Segundo Cunha, negligenciar o meio ambiente em nome do lucro rápido significa “colocar em risco não só as próximas gerações, mas a nossa própria”. “Esse tema precisa ser trazido para a sociedade refletir com muito zelo, com muita preocupação, porque, do ponto de vista ambiental, a gente vive um período muito delicado, uma encruzilhada. Políticas públicas mal elaboradas podem nos colocar em um risco severo, mais do que já estamos”, adverte.